

A PATRIMONIALIZAÇÃO DO MEIO RURAL DE JOINVILLE/SC

Gustavo Grein¹

Ilanil Coelho²

Resumo: Este escrito tem como objetivo discutir o processo de patrimonialização do meio rural do município de Joinville, Santa Catarina. Para tanto, tomamos como objeto de análise documentos oficiais (leis, projetos, programas e folders) produzidos e veiculados a partir dos anos 1970 pelo poder público e órgãos a ele ligados. Num primeiro momento, procuramos refletir sobre a noção de rural e as questões de ordem econômica e demográfica que incidem sobre seus significados. Em seguida, discutiremos o lugar que ocupa o patrimônio cultural no processo que denominamos ampliação da noção de rural, no qual concorrem iniciativas voltadas ao lazer e turismo.

Palavras-chave: Patrimônio; memória; rural.

Introdução

Uma busca por identificar e atribuir valor cultural a edificações, objetos, produtos e paisagens que alimentam o fenômeno da patrimonialização no meio rural de Joinville/SC pode ser percebida através de ações articuladas por diferentes grupos e instituições ligados ao poder público e privado visando projetar uma imagem cultural de Joinville. O objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões sobre a patrimonialização associadas às práticas e representações do rural pelo poder público. Trata-se de um recorte de uma questão maior que vem sendo desenvolvida no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille, no âmbito do projeto intitulado “Patrimônio e Roteiros Turísticos: um estudo sobre as contemporâneas estratégias de patrimonialização do meio rural de Joinville/SC (2002-2012)”, o qual tem como objetivo compreender a relação entre os processos de patrimonialização, turistificação e a construção de identificações culturais no meio rural de Joinville, entre os anos 2002-2012.

Ainda que o entendimento sobre patrimônio cultural pelos documentos oficiais é somente uma das formas pelas quais o meio rural de Joinville é representado e praticado, neste escrito tomamos duas questões que, do nosso ponto de vista, podem ser consideradas como caminhos para refletir sobre o alcance dos marcos legais e dos agenciamentos da gestão

¹ Graduado em História e Mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville - Univille. E-mail: gustavo.grein@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Curso de História e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville - Univille. E-mail: ilanil@uol.com.br.

pública sobre o patrimônio cultural no meio rural. A primeira questão diz respeito a um fenômeno novo que vem sendo observado nos últimos anos: o crescimento demográfico nas zonas rurais de Joinville. Os dados apresentados pelos censos demográficos de 2000 e 2010 indicam números que contrastam com a tendência anterior. A questão que se abre é se tal crescimento populacional pode estar relacionado com o movimento de patrimonialização. A segunda questão diz respeito aos significados, às finalidades e ao lugar que ocupa o patrimônio cultural nos discursos oficiais voltados ao fomento à atividade turística e ao consumo cultural. Além da bibliografia pertinente ao assunto, adota-se como fontes de análise documentos oficiais produzidos e veiculados a partir da década de 1970.

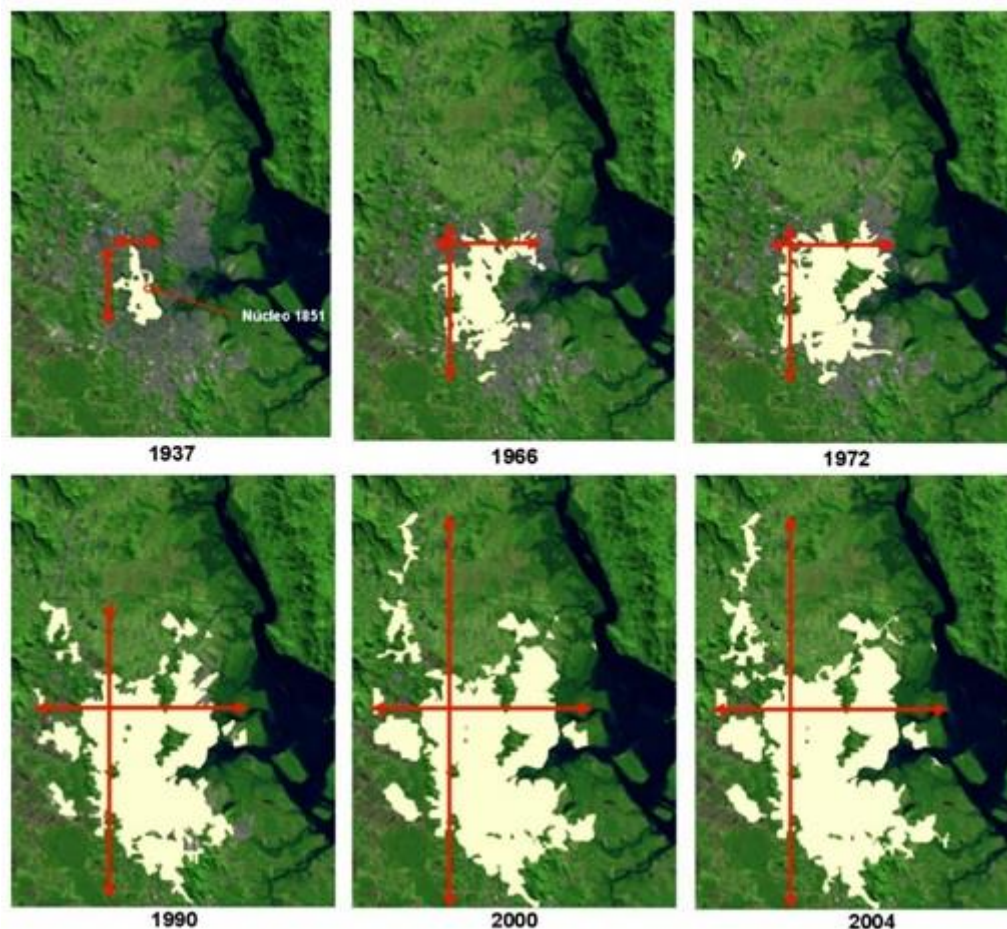
Ideias de rural

Joinville, o município mais populoso e responsável pelo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Santa Catarina (IPPUJ, 2013, p.4), ficou conhecido ainda no século passado por slogans que faziam alusão ao seu crescimento econômico. Dentre os quais se destacam: “Cidade Industrial”, “Cidade do Trabalho” e “Manchester catarinense” (TERNES, 2002). Tais slogans fazem referência, em primeiro lugar, ao processo de industrialização da cidade que passou a ser sentido com maior intensidade após a década de 1950 com a expansão e a projeção de empresas locais no cenário internacional e, em segundo lugar, ao acentuado crescimento populacional impulsionado por movimentos migratórios. Para se ter uma ideia, de 70.687 habitantes registrados no Censo de 1960 (UNIVILLE, 2002, p.23), a cidade, em 1980 registrou 223.706 habitantes, em 2000, 429.604 habitantes chegando em 2010, com 515.250 habitantes (IPPUJ, 2011, p. 44).

Nesse contexto de industrialização e de adensamento populacional é preciso considerar o elevado número de migrantes que chegaram à cidade, imprimindo um novo ritmo na delimitação do perímetro urbano que resultou na criação de novos bairros: de 22 bairros existentes em 1980, a cidade passou a ter 34 bairros em 1991 e, em 2000, chegou a 41 bairros e duas zonas industriais (IPPUJ, 2011, p. 44).

No esquema comparativo a seguir, elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville – IPPUJ é possível ter uma ideia da significativa expansão da “mancha urbana”.

Figura 1 - Quadro comparativo sobre o crescimento urbano de Joinville.



Fonte: IPPUJ, 2011.

Desde os anos de 1960, o rural em Joinville, inversamente, recua diante da expansão do tecido urbano. Para compreender melhor esse panorama recorreremos ao Plano Diretor de 1973, o qual traz a seguinte definição sobre o território de Joinville: “Para efeito desta lei, o município é dividido em área urbana, área de expansão urbana e área rural” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 1973, p.7). De outro modo o Plano Diretor de 1973 traz uma questão interessante, que diz respeito às estratégias adotadas pelo poder público para conter ocupações desordenadas sobre áreas não urbanas, bem como incentivar a produção agrícola nestas áreas.

Ocorre que Joinville está geograficamente localizada entre a Baía da Babitonga e a cadeia de montanhas, a oeste, que integra a Serra do Mar, a qual abrange também uma área de Mata Atlântica onde estão localizadas as nascentes dos rios responsáveis pelo abastecimento de água de Joinville. O Plano Diretor de 1973 identifica essa área como sendo o “cinturão

verde” de Joinville. O texto da Lei nº1262 diz o seguinte: “Art. 35. – O cinturão verde tem por finalidade conter a expansão urbana no sentido oeste bem como ser o setor de abastecimento primário do município. Neste setor serão incentivadas atividades hortigranjeiras” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 1973, p.24).

Assim, o “cinturão verde” constitui uma proposta de ordenamento territorial do município visando não apenas conter ocupações irregulares frente ao déficit habitacional enfrentado pelos migrantes que se instalavam na cidade para trabalharem nas indústrias, como também dispor sobre as atividades que deveriam caracterizar o uso e a ocupação do solo na zona rural.

Nos anos seguintes, às características e intenções que qualificavam a zona rural de Joinville ganhará, pelos discursos normativos do poder público, um novo dispositivo de controle e disciplinamento: a questão ambiental. A partir da década de 1980, tal questão ganhou ampla adesão de movimentos populares (ECOLOGISTA, 1987, p.7) e destaque na mídia (SERRA, 1987, p.11).

Se o que se evidencia no Plano Diretor de 1973 é a demarcação de um espaço rural vinculando-o às atividades hortigranjeiras e como meio de assegurar a proteção de recursos que atendem a vida urbana, o Plano Diretor de 2008 propõe categorias mais abrangentes para o ordenamento territorial do município, bem como para ordenar o uso e a ocupação da área rural de Joinville. São elas: “Macrozona Rural” e “Macrozona Urbana”.

A Macrozona Rural “caracteriza-se por áreas não ocupadas ou não prioritárias para ocupação por funções urbanas, sendo destinadas à preservação, às atividades agrosilvopastoris, [...] de turismo e lazer que dependem de localização específica” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2008, p.36). Deste ponto de vista, as atividades agrosilvopastoris são concebidas como uma das práticas possíveis dentro da “Macrozona Rural”. Porém, não se confundem com as áreas de preservação ambiental, como então era previsto no Plano Diretor de 1973, no qual as chamadas atividades hortifrutigranjeiras eram observadas como formas de proteção do meio ambiente.

O caráter abrangente da categoria Macrozona Rural também se manifesta ao agregar e prever o turismo e o lazer como atividades ligadas ao meio rural. Com isto, caberia refletir sobre as questões de ordem econômica e demográfica que parecem estar ligadas a estes novos parâmetros que, adotados pelo poder público, propõem um alargamento da noção de rural joinvilense.

Segundo a publicação “Joinville em Dados 2010 – 2011” (2011, p.89), obra anualmente organizada e disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville – IPPUJ, “por se tratar da maior cidade do estado, Joinville proporciona um grande mercado consumidor, mas também atrai a força de trabalho do jovem da área rural para a indústria, o que tem refletido no aumento da idade média do agricultor na região”.

Tal diagnóstico, baseado num conjunto de estudos e análises demográficas que o próprio IPPUJ desenvolveu desde sua criação (no ano de 1990), aponta para o fato de que ainda que Joinville, a partir da década de 1960, tenha apresentado uma taxa de crescimento populacional, em mais do que o dobro, das taxas verificadas no estado de Santa Catarina e no país, houve nesse processo um acentuado desequilíbrio entre a população urbana e rural, em especial com a evasão de jovens do campo para a cidade.

No entanto, sobre essa questão, cabe considerar que a fuga dos jovens do meio rural não pode ser relacionada tão somente a presumidas determinações socioeconômicas do urbano sobre o rural, pois conforme o professor Valmir Luiz Stropasolas (STROPASOLAS, 2006) que estudou o mundo rural no horizonte dos jovens, a busca do meio urbano pelos jovens tem se dado, inclusive, como meio de realização pessoal. De acordo com esse autor (2006, p.321)

[...] se constata que, em decorrência do aumento das trocas simbólicas e culturais com as pessoas e as coisas que se encontram na cidade, a decisão de sair da propriedade dos pais – para “mudar de vida” – não é meramente o resultado de forças externas que impulsionam a atitude das famílias e dos jovens, nem exclusivamente é decorrente de uma ação isolada de indivíduos que num certo dia resolvem migrar. É a síntese de inúmeras e pequenas iniciativas, de descobertas, de vontades e trocas cotidianas entre diferentes espaços sociais, o interior e a cidade, que apresentam continuidades e descontinuidades nos diversos aspectos da vida dos jovens, que os levam a buscar a construção de uma identidade social – redefinida, conflituosa e ampliada.

Mesmo assim, a migração dos jovens do meio rural para o espaço urbano de Joinville pode ter interferido diretamente na organização do trabalho dentro da estrutura da agricultura familiar, o que implicou em avaliações que apontaram esta migração como responsável por um suposto atraso econômico e esvaziamento do campo, materializado por uma espécie de negação ou recusa de vínculos de pertencimento dos jovens em relação ao campo.

Entretanto, para Stropasolas (2006, p.322), atualmente o sentido de migrar foi complexificado, “no passado, migrar representava exclusão e trazia ressentimentos; posteriormente passou a significar melhores condições de vida [...]” (p.322), sem, contudo

representar rompimento com os vínculos familiares ou inexistência de sentimentos de pertença com o rural.

É desta perspectiva que podemos refletir sobre uma tendência de crescimento demográfico no meio rural de Joinville que, desde a última década do século XX, pode ser constatado através dos números, apresentados pelos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nos últimos anos.

Em 1991 o número absoluto de habitantes da área rural era 14.254, passou em 2000 para 15.074, e em 2010 chegou a 17.438. Os números indicam, portanto, uma tendência de crescimento demográfico do meio rural de Joinville contrastando com a tendência anterior que indicava uma redução da população. Contudo, é preciso ainda considerar alguns fatores sobre esse fenômeno novo que se apresenta. Houve um crescimento do tecido urbano de Joinville, especialmente do centro do Distrito de Pirabeiraba³ sobre as áreas rurais, sendo que a população da zona rural do distrito passou de 5.711 no ano de 1991, para 7.855 em 2000 e chegou a 9.606 em 2010 (IPPUJ, 2011, p.46).

Ainda que consideremos o fato de que as alterações na legislação municipal deslocaram alguns limites entre o rural e urbano, caberia perguntar se a tendência de crescimento populacional nas áreas rurais de Joinville pode estar ligada às novas atividades agregadas à ruralidade, ou seja, turismo e lazer, e em que medida isto se liga também às ações e intenções que vem marcando o movimento de patrimonialização do rural joinvilense.

No ano de 2011 o Jornal Notícias do Dia publicou uma série de reportagens intitulada “Os Fundões de Joinville”, abordando as estradas das localidades rurais e o cotidiano desses locais sob a perspectiva dos moradores. Uma dessas reportagens, publicada no dia 26 de abril de 2011, procurou evidenciar os movimentos através dos quais a paisagem cultural da Estrada Piraí, no meio rural do bairro Vila Nova, foi se transformando. Sob o título “Estrada Piraí: perfil dos moradores do tradicional reduto de agricultores está mudando” (VIEIRA, 2011), o texto destaca o fato de que “muitas propriedades, no passado utilizavam as estradas para o escoamento de produtos de origem vegetal e animal, [e que] agora dão lugar a chácaras para o lazer de famílias moradoras na cidade” (VIEIRA, 2011). Para os moradores locais que ainda se dedicam a agricultura familiar, viver a partir de ganhos advindos do campo é uma forma de resistência à tentação de vender as propriedades.

³ Conforme a definição da Lei Complementar nº 88, de 5 de junho de 2000, o distrito de Pirabeiraba em Joinville é constituído pelos bairros Centro, Dona Francisca e Rio Bonito. Seus limites urbanos e rurais foram definidos na Lei Municipal nº 1.526, de 5 de julho de 1977, e na lei nº 1.681, de 10 de setembro de 1979. O distrito de Pirabeiraba está localizado a uma distância de aproximadamente 15 quilômetros do centro de Joinville.

Os agricultores remanescentes não criticam os colegas que venderam as terras e foram para a cidade em busca de novas oportunidades. Também não condenam os jovens que continuam morando no local, mas que deixaram a roça para trabalhar na indústria ou no comércio, em busca de maior estabilidade. Para os agricultores, o processo é natural em função das dificuldades de se ganhar o sustento cultivando lavouras em regime familiar. (VIEIRA, 2011).

O que se coloca em questão é um rural em mudança, onde as propriedades que antes eram tomadas tão somente como espaços de produção agrícola, hoje são em parte agenciadas por políticas ligadas ao lazer. Algumas divulgam seus atrativos e ofertam produtos, outras são transformadas em chácaras para lazer de famílias que residem na cidade.

Na reportagem sobre a Estrada do Pico, no distrito de Pirabeiraba, publicada no dia 2 de maio de 2011, um morador afirmou que "lamentavelmente, em um futuro não muito distante, vão sobrar poucas propriedades produtivas. Esta é uma tendência geral no interior de Joinville e de muitos municípios brasileiros. Mas fazer o quê? (VIEIRA, 2011)". A conformação dos moradores com relação ao fim de algumas unidades produtivas, que por várias gerações representaram a ligação das famílias com o campo, é mesclada com incertezas sobre o futuro desses lugares.

A partir dessa constatação de que a agricultura familiar vem sendo reduzida em função da falta de mão de obra (decorrente principalmente da saída dos jovens para o meio urbano) e da venda de propriedades rurais para fins de lazer, buscamos compreender como esse processo se configura em uma patrimonialização do rural e como isso avança sobre as demarcações conceituais do que até então vinha sendo entendido como o meio rural de Joinville pelos documentos oficiais.

Os espaços "remotos" ou áreas intersticiais entre a cidade e o campo, seja como espaço agrário, residencial, atração turística, de interesse imobiliário, de conservação ou preservação ambiental, configuram de acordo com José Eli da Veiga (2005, p.4), os diversos destinos possíveis para a ruralidade, que estão sendo indicados pela fase mais recente da globalização. Para Veiga (2005, p.14) "[...] há muitas razões para se afirmar que está em curso uma forte revalorização da ruralidade, em vez de sua supressão por uma suposta completa urbanização". Deste ponto de vista é possível compreender que o rural em Joinville é cada vez mais valorizado na medida em que se distingue do urbano por seus aspectos "naturais", sendo a vegetação, a geografia e a ausência dos burburinhos citadinos, elementos que contribuem para a idealização de cenários bucólicos que estabilizam sentidos sobre uma paisagem cultural.

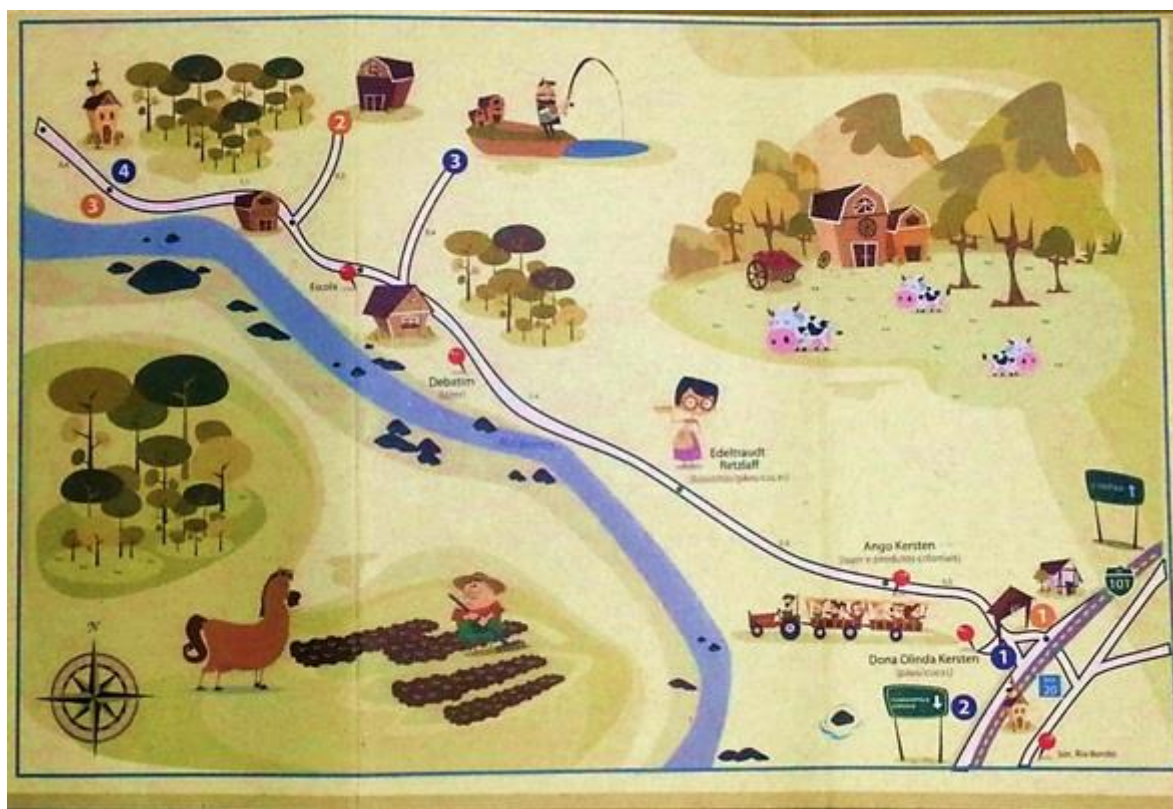
A transformação das unidades produtivas em atrativos turísticos ou em chácaras para o lazer de famílias citadinas são algumas formas de consumo da paisagem cultural rural, o que nos leva a refletir sobre o quanto a atividade turística concorre para produção de representações que visam demonstrar aos visitantes o que eles imaginam como sendo a vida rural, e como exigem dos moradores locais a reinvenção de seus vínculos as atividades agropecuárias. De outro lado, quando se trata das chácaras voltadas ao lazer, nem sempre há uma relação de exigência com atividades agropecuárias, mas um jogo de apropriações simbólicas dos elementos que identificam o rural com o ecológico e o histórico, o que tem implicado em criação de rótulos que idealizam o rural e potencializam a atribuição de valores culturais a essas propriedades.

Mais ideias de rural: patrimônio, turismo e consumos culturais

Alguns esforços para a salvaguarda de bens considerados de valor cultural foram a partir dos anos 1990, no meio rural de Joinville, sendo traduzidos em ações de patrimonialização e outras medidas efetivas visando preservar, manter as características tidas como “originais” e promover outros usos desses bens. Essas ações dialogaram com outro movimento iniciado no mesmo período, o da roteirização turística das propriedades familiares que desenvolviam atividades agrícolas ou artesanais, que possuíam elementos “naturais” (rios e montanhas), bens arquitetônicos de valor histórico (engenhos, alambiques, casas), ou opções de serviços diversos ligados à recreação.

A roteirização do meio rural de Joinville para o turismo teve início em Joinville na década de 1990, quando algumas famílias da Estrada Bonita, no meio rural do distrito de Pirabeiraba, aderiram ao projeto proposto pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em parceria com a Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e a Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville - PROMOTUR (atualmente Fundação Turística de Joinville), responsável pela produção e veiculação de roteiros e outras publicações sobre os atrativos do meio rural.

Figura 2 - Mapa turístico da Estrada Bonita.



Fonte: Fundação Turística de Joinville, 2010.

O projeto de turismo rural implantado na Estrada Bonita tinha como objetivo a valorização da agricultura familiar, o estímulo ao desenvolvimento rural sustentável, além de ser uma estratégia para a manutenção dos jovens no campo. No entanto, algumas famílias logo teriam abandonado esse projeto, principalmente em função dos investimentos necessários para se adequar ao mesmo. As adaptações diziam respeito às exigências feitas pela vigilância sanitária, a qual buscava assegurar através do controle dos processos artesanais de fabricação, a qualidade de produtos (melado, cachaça, doces); a implantação de equipamentos destinados à segurança dos serviços oferecidos aos visitantes; e por fim, intervenções que pudessem adequar as propriedades para agregar valor ao roteiro.

Em outras palavras, as famílias foram sendo orientadas para melhorar a atratividade das propriedades com intervenções arquitetônicas e maior oferta de produtos e opções de lazer, além de, através da reprodução de uma série de atividades, oferecer aos turistas a possibilidade de contemplar processos e técnicas do que (supostamente) representaria o cotidiano do local. Nesse contexto de adequação a um mercado de consumo em potencial, nota-se a prevalência de um esforço por parte de dois órgãos ligados a Prefeitura Municipal de

Joinville, um responsável pela promoção da Política de Desenvolvimento Agropecuário do município e outro pelo planejamento e desenvolvimento da Política Municipal de Turismo, para a veiculação de uma imagem essencializada do que seria o rural e os aspectos que o identificariam.

A Estrada Bonita passou a ser comercialmente explorada como um destino gastronômico de Joinville, onde as opções ficam por conta de restaurantes onde são servidos pratos alusivos à culinária germânica e das residências onde as famílias vendem cucas, pães e doces, valendo-se da marca "produtos coloniais". Os produtos gastronômicos ganham forma por processos artesanais que adquirem o *status* "cultural" na medida em que são relacionados a uma identidade étnica, acionada por sentidos históricos que a singularizam no contexto local. Além disto, ao longo da Estrada Bonita, o nome do proprietário e o prenome das famílias estampam as placas que identificam as residências e restaurantes, sugerindo assim a ideia de uma hospitalidade característica da "germanidade" local.

Em decorrência do aparente êxito do projeto desenvolvido na Estrada Bonita a partir de 1990, outros roteiros foram implantados no meio rural de Joinville nos anos seguintes, dentre os quais: Dona Francisca, Quiriri, Piraiá, e mais recentemente o roteiro Estrada da Ilha⁴. Os bens culturais inseridos nesses roteiros são representados por engenhos, alambiques, apiários, floriculturas, casas em técnica construtiva enxaimel e outros elementos que em conjunto são considerados relevantes e característicos da paisagem rural de Joinville.

Através dos roteiros turísticos veiculados pela Fundação Turística de Joinville é possível perceber que essas publicações sugerem algumas formas de apropriação do meio rural, que visam promover a imagem daquilo imaginam como mais comercializável e capaz de dar um retorno financeiro as famílias locais. No entanto, a prática turística no meio rural de Joinville não se resume à cartografia proposta por esses cinco roteiros, pois há bens culturais não incluídos nesses roteiros, assim como há roteiros que foram criados em outros contextos, abordando o meio rural sob outras perspectivas.

Entre os roteiros posteriormente criados pelo poder público em nível estadual, foi criado, em 2006, o projeto "Destinos e Roteiros Integrados" que consiste numa roteirização que abrange todas as regiões de Santa Catarina. Nesta nova cartografia se dá destaque aos aspectos geográficos e históricos dos municípios organizados e integrados a partir da atividade turística.

⁴ Os roteiros Dona Francisca e Quiriri abrangem áreas rurais do bairro Dona Francisca, localizado no distrito de Pirabeiraba, zona norte de Joinville. Ainda na zona norte, o roteiro Estrada da Ilha compreende parte da área urbana e rural do bairro Jardim Sofia. Já o roteiro Piraiá está localizado na zona oeste de Joinville, na área rural do bairro Vila Nova.

Em nível nacional, foi criado em 2007 o projeto “Roteiros Nacionais da Imigração” tendo como objetivo a preservação do patrimônio das regiões de colonização alemã, italiana e eslava em Santa Catarina, por meio do desenvolvimento de uma política de proteção e reconhecimento do seu patrimônio histórico e cultural.

[...] o projeto busca proteger as evidências maiores do extraordinário ciclo migratório ocorrido no Brasil e extremamente bem representado em Santa Catarina. Os bens selecionados para proteção representam a trajetória de vida dos milhares de seres humanos que idealizaram, nessa parte do mundo, dias melhores para si e para suas famílias. (IPHAN. 2007, p. 120).

Em Joinville, decorrente das ações desse projeto foi realizado o tombamento da Casa Wally Krüger, Casa Otto Schwisky e Casa Alvin Fleith, objeto da Figura 3. Trata-se de três edificações localizadas no meio rural do distrito e Pirabeiraba inseridas na cartografia elaborada por este projeto que traz ainda outras edificações localizadas nas imediações, as quais remetem às técnicas construtivas empregadas pelos colonizadores. Nesse contexto, o rural é tomado como pano de fundo das edificações, como um signo da trajetória dos imigrantes no local, como parte da composição de uma paisagem cultural remanescente da Joinville “de antigamente”.

Figura 3 – Imagem da Casa Alvin Fleith em reportagem sobre o meio rural de Joinville.



Fonte: UOL, 2010.

O projeto “Roteiros Nacionais da Imigração” é bastante significativo para pensarmos tanto sobre as representações do patrimônio no meio rural pelo poder público, uma vez que sua ênfase recai na arquitetura das edificações e no diálogo dessa arquitetura com aspectos históricos, ecológicos e da ruralidade local, como também na relação do patrimônio com o turismo, tomado como estratégia para legitimar a proteção do patrimônio através do reconhecimento dos bens enquanto possuidores de valor histórico e cultural.

Conclusão

Com este texto buscamos apresentar algumas reflexões sobre o processo de patrimonialização do meio rural de Joinville, decorrentes das questões que estamos desenvolvendo em nossas investigações sobre a relação do patrimônio com a roteirização e a atividade turística. Entretanto, cabe destacar aqui, a título de conclusão, mais algumas palavras sobre questões abertas ao longo deste escrito.

De modo geral, as políticas de patrimonialização parecem significar respostas a uma questão inscrita no Plano Diretor de 1973, a tentativa de refrear o êxodo rural e de fomentar a produção agrícola como estratégia de abastecimento primário do município.

Os recentes dados censitários que apontam um crescimento da população no meio rural de Joinville nos últimos anos, no entanto, não parecem estar relacionados a essa estratégia, mas a outras formas de apropriação desses espaços. Sobre isto, será preciso ainda refinar os dados estatísticos adotando-se como percurso metodológico outro conjunto de documentação, entre as quais podemos destacar as fontes orais.

Já a criação de roteiros como estratégia para a promoção da atividade turística nas propriedades rurais familiares pode ser considerada apenas como uma parte do jogo que envolve o agenciamento do patrimônio cultural pela gestão pública. Isto porque a própria implantação de políticas como essa cria situações múltiplas e paradoxais, as quais não são levadas em conta para avaliar o alcance e relevâncias dessas mesmas políticas. Estratégias como a roteirização acabam por produzir generalizações, na medida em que instituem lugares idealizados por meio da realocação de práticas e de grupos tidos como essencialmente rurais. Disto resulta a criação ou o reforço de distintividades e desigualdades sociais que impossibilitam estabelecer diálogos para lidar com a complexidade dos usos cotidianos do rural, com tudo aquilo que escapa aos roteiros turísticos, bem como sobre a própria

historicidade das fronteiras que opõem e, ao mesmo tempo, articulam o rural e o urbano de Joinville.

Outra questão aberta pela investigação até aqui desenvolvida é falta de projetos e programas intersetoriais no âmbito da gestão pública. Em outras palavras, a desarticulação entre os objetivos e as estratégias adotados pelos órgãos que gerenciam o patrimônio cultural de Joinville e os que são responsáveis pela promoção da atividade turística. Trata-se de uma situação onde se vislumbra a fragmentação de iniciativas e ações dos diferentes órgãos, os quais muitas vezes não consideram programas já existentes, seja em nível municipal, estadual ou federal, na implantação de novas políticas. É a partir desse horizonte de questões emanadas da análise de documentos oficiais que esperamos contribuir reflexivamente com os debates sobre a patrimonialização do meio rural de Joinville.

Referências

CERETUR. **Destinos e Roteiros Integrados – SC**. Disponível em: <<http://www.santacatarinaroteiros.com.br/roteiros/>> Acesso em 15 jul. 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE – IPPUJ (Org.). **Joinville - Cidade em Dados 2013**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2013.

_____. **Joinville - Cidade em Dados 2010/2011**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2011.

ECOLOGISTA passeia pela Serra do Mar. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 14 jun. 1987. Geral. p. 7. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

FUNDAÇÃO TURÍSTICA DE JOINVILLE. **Guia Turístico**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2013.

_____. **Mapa Turístico**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2011.

IPHAN. **Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina**. O Patrimônio Cultural do Imigrante. Dossiê de Tombamento, vol. 1, 2007.

JOINVILLE. UOL Viagem [online] < <http://viagem.uol.com.br/guia/cidade/joinville.jhtm> > Acesso em: 15 ago. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Plano Diretor de Joinville - Lei nº 1262, de 1973**. Joinville, 1973.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Joinville - Lei Complementar nº 261, de 28 de fevereiro de 2008**. Joinville, 2008.

SERRA do Mar: formado comitê de preservação. Diário Catarinense, Florianópolis, 25 mai. 1987. Geral. p. 11. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TERNES, Apolinário. **A economia de Joinville no século 20**. Joinville: Letra d'água, 2002.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE. **Perfil Socioeconômico Joinville**: edição 2000. Joinville, SC: UNIVILLE, 2002.

VIEIRA, F. A. Estrada Piraí: perfil dos moradores do tradicional reduto de agricultores está mudando. **Notícias do Dia**. Joinville, 26 abr. 2011.